



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 6 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 10 de março de 2011

FOLHA DE SÃO PAULO

IMPORTADO DOMINA AUMENTO NO CONSUMO	1
VEICULAÇÃO NACIONAL	

O GLOBO

País deve aumentar seu arsenal para evitar dólar baixo	4
VEICULAÇÃO NACIONAL	

O GLOBO

China troca bugigangas por máquinas e preocupa o governo brasileiro.....	6
VEICULAÇÃO NACIONAL	

VALOR

China busca saída em nova estratégia de crescimento	7
VEICULAÇÃO NACIONAL	

VALOR

Desaquecimento e inflação complicam acordos salariais.....	9
VEICULAÇÃO NACIONAL	

BRASIL ECONÔMICO-SP

SECEX INTENSIFICA POLÍTICA DE DEFESA COMERCIAL	11
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO IMPORTADO DOMINA AUMENTO NO CONSUMO		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Segundo o Credit Suisse, 80% do crescimento da demanda foi suprido por outros países no último trimestre de 2010

Produtos vindos de fora eram 14% da venda de bens industriais no país em 2003, mas chegaram a 24% no ano passado

ÉRICA FRAGA

DE SÃO PAULO

Quase 80% do crescimento no consumo de produtos industrializados ocorrido no Brasil no último trimestre de 2010 foi suprido por importações, segundo estudo do banco Credit Suisse.

A análise da instituição revela que a produção industrial doméstica tem perdido espaço para as importações em meio à crescente demanda de consumidores e empresas por bens, como máquinas, veículos e roupas.

"Enquanto a produção industrial tem desacelerado, a importação de bens industriais segue forte", diz Nilson Teixeira, economista-chefe do Credit Suisse no Brasil.

O cálculo da quantidade de bens industriais consumida no país feito pelo banco inclui tudo o que foi produzido localmente e importado. Do resultado dessa conta é descontada a parcela da produção que foi exportada e, portanto, consumida fora.

Segundo o Credit Suisse, o consumo de produtos industriais aumentou 6,9% no último trimestre do ano passado em relação ao mesmo período de 2009.

As importações responderam por 79,2% dessa expansão. A parcela é quase o dobro da contribuição de 40% feita pela produção local. Já as exportações subtraíram 19,2% desse aumento de consumo no período (veja quadro nesta página).

PESO CRESCENTE

Segundo o Credit Suisse, o peso dos produtos que vêm de fora no consumo doméstico tem crescido ao longo dos últimos anos.

Em 2003, produtos importados representavam 13,8% dos bens industriais consumidos no país. No ano passado, essa parcela havia saltado para 24%.

Essa perda de espaço da indústria local ocorreu porque, entre 2003 e 2010, os produtos importados responderam por quase metade de todo o crescimento do consumo interno de produtos industrializados, de acordo com o banco. Em parte, esse aumento das importações é explicado pelo fato de que os produtos que vêm de fora têm ficado mais baratos para empresas e consumidores brasileiros. Isso ocorre por dois motivos.

Com forte valorização em anos recentes, o poder de compra do real em moeda estrangeira aumentou.

Além disso, com a crise global e a desaceleração econômica no mundo rico, os preços de produtos como máquinas e equipamentos produzidos nos países desenvolvidos caíram.

Mas, segundo Teixeira, além desses fatores, há mudanças estruturais que também têm contribuído para a explosão das importações.

A adoção de trâmites menos complicados nas transações de comércio exterior é uma das possíveis causas citadas por ele.

Ennio Crispino, presidente da Abimei (Associação Brasileira dos Importadores de Máquinas e Equipamentos Industriais), concorda com o diagnóstico de Teixeira.

"A informatização dos trâmites para importação e exportação diminuiu muito a burocracia. Isso beneficia tanto o grande importador como a pequena empresa que quer importar."

Crispino acrescenta que os fabricantes domésticos de bens de capital "não têm conseguido atender a demanda de empresas tanto em termos de volume, como de tecnologia".

"Há setores da indústria nacional que não têm escala para produzir bens mais avançados do ponto de vista tecnológico e a demanda por esses bens tem crescido. A saída encontrada pelos fornecedores tem sido importar", afirma Crispino.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO País deve aumentar seu arsenal para evitar <u>dólar</u> baixo		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Queda do dólar na mira do governo

Equipe econômica discute novas medidas para evitar apreciação do real. Mercado reage com cautela

Martha Beck, Lucianne Carneiro, Henrique Gomes Batista e Fabiana Ribeiro

Anova queda do dólar na semana passada - quando a moeda americana recuou a um patamar inferior a R\$1,65, fechando na sexta-feira a R\$1,645, menor cotação desde agosto de 2008 - reacendeu a luz amarela na equipe econômica e esquentou o debate sobre novas medidas que podem ser adotadas pelo governo para conter a apreciação do real. Ontem, o dólar subiu 0,72%, para R\$1,657, em meio a rumores de que seriam anunciadas novas ações pelo governo ainda esta semana. O Banco Central (BC) chegou a atuar no mercado, com um leilão de compra de dólares à vista.

O arsenal à disposição do governo para evitar o derretimento do dólar, no entanto, é visto com cautela pelos economistas, diante do movimento internacional de desvalorização da moeda americana e da força de atração de recursos estrangeiros - que pressionam o dólar para baixo - exercida pela elevada taxa de juros no país.

As armas possíveis são as de sempre: novo aumento do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) para a entrada de capital estrangeiro no país na renda fixa, a criação do IOF para renda variável, a imposição de uma quarentena para esses recursos - prazo mínimo para a permanência no país - ou um controle de capital mais rígido. Um terceiro caminho seria a combinação das duas medidas. Outra possibilidade sobre a mesa seria colocar o Fundo Soberano para atuar no mercado comprando dólares.

Mas uma nova intervenção no câmbio neste momento não é consenso entre técnicos do governo. Parte da equipe defende que o cenário internacional ainda é incerto. Além disso, o Banco Central Europeu já sinalizou que voltará a subir juros em breve. Esse mesmo movimento é esperado por parte dos EUA no segundo semestre.

- Tudo isso vai afetar o fluxo de capitais no mundo e pode reduzir um pouco a entrada de dólares no Brasil - disse um técnico.

Juro alto dificulta ação no câmbio

Além disso, o governo sabe que suas tentativas de segurar o câmbio até agora tiveram efeito residual. Embora já tenha aumentando o IOF duas vezes - de 2% para 4%, e depois para 6% - e fechado brechas à entrada de capital com mais tributação para operações com derivativos, a cotação da moeda americana tem caído sucessivamente.

- O que preocupa é a volatilidade. Isso acaba com a previsibilidade sobre os negócios das empresas - disse o técnico.

No mercado financeiro, a expectativa é que o governo lance mão de "mais do mesmo", ou seja, anuncie algo semelhante ao que já vem sendo adotado nos últimos meses. Atitudes mais fortes, como o controle de capitais, segundo analistas, poderiam ser mal recebidas e acarretar uma valorização forte e rápida da moeda americana.

- Como o dólar atingiu nova mínima, fica mais forte a expectativa de anúncios. O governo está muito incomodado (com o nível do dólar), e acredito em novas medidas até sexta-feira - afirmou o tesoureiro do Banco Modal, Luiz Eduardo Portella.

Para o presidente do Grupo Fitta - que atua no mercado de câmbio -, André Nunes, a adoção do controle de capitais estrangeiros, com regulação de volumes e taxas, é uma medida muito traumática e pouco provável. Ele também acredita em novas medidas em linha com o que já está em curso.

Os analistas lembram que qualquer medida para conter a queda do dólar, no entanto, enfrenta a "concorrência" da política atual de juros do BC para combater a inflação. Os estrangeiros vêm ao mercado brasileiro em busca de juros elevados, especialmente agora que o BC elevou a Selic para 11,75% ao ano e, no mercado, a expectativa é que a taxa seja elevada novamente nos próximos meses. Nos EUA, a taxa básica de juros está entre zero e 0,25% ao ano. Na Europa, é de 1%.

Para o economista Fabio Kanczuk, da USP, medidas como controle cambial e quarentena têm impacto temporário, já que os operadores do mercado acabam driblando as restrições. Ele acredita que não há uma discussão efetiva dos custos dessas medidas:

- O governo gasta cerca de US\$30 bilhões por ano para manter reservas internacionais de US\$300 bilhões. O dinheiro poderia ser usado para ampliar ações sociais, desonerar os exportadores e ampliar a infraestrutura.

Já Antônio Correa de Lacerda, professor da PUC-SP, defende que as medidas incluam mais uma elevação do IOF e

quarentena. Ele acredita que isso assustaria os especuladores, sem desestimular o investimento produtivo:

- O câmbio valorizado só nos enfraquece.

Ontem, o Ibovespa caiu 1,10%, aos 67.263 pontos, puxado pelo mercado externo e pela queda nas ações de Vale e Petrobras. Por causa do feriado, a Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) só operou à tarde.

	VEÍCULO O GLOBO		EDITORIA
	TÍTULO China troca bugigangas por máquinas e preocupa o governo brasileiro		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

País é hoje 2º maior fornecedor de equipamentos para a indústria do Brasil

Vivian Oswald

BRASÍLIA. A ameaça que vem da China já não se resume a produtos de baixa qualidade ou valor agregado. Os chineses já são o segundo maior fornecedor de bens de capital do país, com máquinas cada vez mais sofisticadas, perdendo apenas para os americanos. Equipamentos com componentes de alta tecnologia produzidos na própria China ou no exterior vêm engordando a pauta de exportações dos chineses e acirrando a disputa com os equivalentes nacionais.

Se em 2004 a China fornecia 2,1% das máquinas e equipamentos importados pela indústria brasileira, o país fechou 2010 com uma fatia de 12,9%, desbancando os alemães, que caíram para o terceiro lugar. Em janeiro deste ano, os chineses já detinham 14,7% do mercado nacional. Os dados são da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq).

- A preocupação com a China das bugigangas acabou. O país começou com bens intensivos em trabalho, assim como o Japão no pós-guerra. Agora, eles estão queimando etapas. O setor de telecomunicações, por exemplo, teve mais patentes registradas do que a soma de todos os concorrentes pelo mundo - afirma o diretor de Economia e Estatística da Abimaq, Mario Bernardini.

Produtos de baixa qualidade têm agora novas origens

A diversificada pauta de exportações da China e o aumento da qualidade de seus produtos estão no topo da lista de preocupações do governo. Segundo o secretário Executivo do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (Mdic), Alessandro Teixeira, o governo subestimou o potencial de crescimento da China e agora vai mudar seu enfoque. A Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP2) vai se adequar à nova configuração internacional da China.

- A China é um dos elementos centrais no PDP. É competitiva em qualquer setor, até naqueles que não produz - afirma o secretário.

A mudança do perfil das exportações chinesas já começa a ser sentida pelo setor produtivo brasileiro. Os itens de baixa qualidade, que usam mão de obra intensiva, estão sendo transferidos para Vietnã, Sri Lanka, Índia, Indonésia e Malásia. Fontes do setor automotivo já identificam algumas substituições em autopeças e pneus antes oriundos da China.

- A China está se especializando. As exportações de produtos de baixa qualidade vão sendo terceirizadas para os países onde o custo da mão de obra é mais baixo - diz o vice-presidente da Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), José Augusto de Castro.

Bernardini, da Abimaq, afirma que a China vem investindo pesado em infraestrutura e tem uma estrutura tributária menos onerosa que a brasileira. Ele ainda acusa o câmbio valorizado e os juros elevados de prejudicarem a indústria nacional.

Saltam compras de Índia, Vietnã e Indonésia

As exportações da China para o Brasil fecharam 2010 com o recorde de US\$25,59 bilhões, 60,85% a mais que no ano anterior. Também cresceu de maneira expressiva o volume de mercadorias vendidas ao Brasil por países considerados como substitutos dos chineses. As exportações da Índia passaram de US\$2,19 bilhões em 2009 para US\$4,24 bilhões no ano passado, um salto de 93,02%. As da Indonésia saíram de US\$987 milhões para US\$1,51 bilhão no mesmo período (alta de 53,74%), e as do Vietnã, de US\$219 milhões para US\$473 milhões (aumento de 115,46%).

Por isso, o governo deverá usar pela primeira vez uma lei que permite frear importações de países que sejam parte de triangulação. Está em preparação uma medida antidumping sobretaxando as importações de calçados provenientes de Vietnã, Malásia e Cingapura.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO China busca saída em nova estratégia de crescimento		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

A China promete mudanças significativas em sua política econômica que vão afetar o resto do mundo. Outra coisa não se deve esperar quando a segunda maior economia do planeta planeja corrigir sua rota.

As novidades vieram à tona no encontro anual do Congresso Nacional do Povo, reunido em Pequim desde sábado para discutir o Plano Quinquenal para 2011 a 2015. As principais autoridades chinesas, o presidente Hu Jintao e o premiê Wen Jiabao já deram o tom ao eleger entre as principais preocupações o controle da inflação e o crescimento sustentável.

Alimentada em boa parte pela própria voracidade do crescimento chinês, que puxa os preços das commodities, a inflação chinesa disparou nos últimos meses e atingiu 4,9% oficiais em janeiro. Somente os alimentos subiram 10,3%. Pequim quer agora conduzir a inflação de volta aos 4% neste ano. Para isso, já tomou medidas como a elevação dos juros e dos compulsórios dos bancos, limitou o crédito e não descarta até mesmo "medidas administrativas", eufemismo do premiê Wen Jiabao para o controle de preços.

Mas a decisão mais **importante** que o Congresso Nacional do Povo deve tomar é a proposta de mudança do padrão de crescimento da China, atualmente calcado nas **exportações** e investimentos, para um mais dependente do **mercado** interno e do aumento do consumo. O modelo **exportador** tem garantido à China taxas extraordinárias de crescimento. Nos últimos cinco anos, a expansão média da economia chinesa foi de 11,2% ao ano. Mas isso se materializa à custa de relevantes danos ambientais e do represamento dos anseios do **mercado** doméstico, sem falar na reação protecionista do resto do mundo.

A proposta do governo chinês é reduzir o ritmo de crescimento da economia para 8% neste ano e 7% na média de 2011 a 2015, o período abrangido pelo plano quinquenal. Isso não significa, necessariamente, uma brecha brusca na economia porque as metas de crescimento têm funcionado mais como um piso. No plano anterior, a meta era de 7,5% e a economia se expandiu bem mais do que isso.

Na realidade, o governo chinês não tem outra saída a não ser mudar a estratégia porque não pode se apoiar

indefinidamente no modelo **exportador**, que já mostra seus limites. Além disso, a inquietação no norte da África e Oriente Médio trouxe à tona os piores temores dos governos autoritários, entre os quais o chinês.

Para estimular a demanda interna, a proposta do governo chinês é fazer os salários acompanharem o crescimento do Produto Interno Bruto (**PIB**). Já o salário mínimo tem aumentado mais. No ano passado, subiu 20%, taxa que deve se repetir neste ano. Essa política coloca um desafio extra para a meta de conter a inflação.

Além disso, o governo chinês promete criar 9 milhões de empregos nas cidades (onde vive menos da metade da população) neste ano e 45 milhões até 2015. Pequim também está atenta ao impacto do crescimento acelerado no ambiente. Por isso, o governo apresentou ao Congresso Nacional do Povo metas de redução do consumo de energia fóssil e de emissão de gases poluentes.

O resto do mundo passou, imediatamente, a calcular o impacto dessas decisões em favor do maior consumo interno e de um crescimento mais limpo na demanda de matérias-primas, no **comércio** internacional e no câmbio. Especialistas consultados pelo jornal britânico "Financial Times" avaliam que a demanda chinesa por matérias-primas vai continuar crescendo, embora a um ritmo menor, o que deve pressionar menos os preços. A demanda por aço, por exemplo, que aumentou em média 17% ao ano nos últimos cinco anos, deve desacelerar para 6% a 7%. Minério de ferro e cimento continuarão a ser comprados em larga escala porque o governo chinês também prometeu construir 36 milhões de moradias para a baixa renda. As commodities agrícolas podem até ter a demanda aumentada, uma vez que os chineses terão salários maiores e gastarão mais em alimentação.

Menos dependente das **exportações** e com um crescimento mais calcado no **mercado** doméstico, as autoridades chinesas podem até relaxar em relação ao câmbio e permitir maiores apreciações do yuan.

Há apenas um componente ainda pouco avaliado que é o impacto do aumento dos salários nos produtos **exportados** pela China na inflação global, o que neutralizaria uma

eventual menor pressão sobre os preços das commodities. Mas tudo indica que as mudanças econômicas propostas pelo

governo chinês farão bem não só à população chinesa e ao ambiente, mas ao mundo em geral.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Desaquecimento e inflação complicam acordos salariais		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

João Villaverde | De São Paulo

Inflação mais alta e perspectivas menos otimistas para o crescimento já complicaram as primeiras negociações salariais na indústria. Enquanto os 13 mil motoristas de ônibus de Curitiba conseguiram, no mês passado, um reajuste nominal de 10% nos salários - alta real de 3,3% -, os 22,5 mil metalúrgicos de Jaraguá do Sul (SC), cuja data-base ocorre em janeiro, obtiveram um reajuste real inferior ao de 2010. O sindicato obteve 1,3% de aumento real neste ano, diante de 1,9% no ano passado. "A não ser que o sindicato represente uma categoria industrial muito pressionada pela falta de mão de obra, os reajustes de 2011 tendem a ser menores que os de 2010", diz Cid Cordeiro da Silva, coordenador do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) do Paraná.

Se nos primeiros meses do ano passado a inflação acumulada pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), usado nas negociações trabalhistas, era de 4,5%, nos primeiros meses de 2011 está em 6,5%. Assim, os acordos salariais nominais estão mais vistosos, mas o ganho real, menor. Como coloca José Milton Camargo, vice-presidente do Sindicato dos Comerciantes de Curitiba, "se negociarmos um reajuste de 7% com inflação em 4,5%, o ganho real de 2,5% é aplaudido por todos. Mas se a inflação estiver em 6,5%, os mesmos 7% dão um ganho real de apenas 0,5%, e todo mundo reclama".

Mesmo segmentos que registraram crescimento acelerado nos últimos anos, como construção civil, encontram neste começo de ano um cenário mais árido para negociações salariais.

O sindicato dos trabalhadores na construção civil de Salvador e região, que representa mais de 140 mil operários, registrou no ano passado um acréscimo salarial de 5,6%, além da inflação - um dos maiores do país. Neste ano, as negociações estão mais lentas (em 2010 foram só duas reuniões e este ano elas se arrastam desde o começo de janeiro), a categoria está em greve há 30 dias. Em

Camaçari (BA), onde estão 20 mil trabalhadores na construção civil, o sindicato alterou a data-base, transferindo de janeiro para abril, de forma a estender as negociações. Em 2010, o reajuste real foi de 7,7%.

O Valor levantou oito categorias cuja data-base ocorre entre janeiro e fevereiro e verificou que as dificuldades encontradas na construção civil atingiram a indústria, segmento que completou em janeiro o décimo mês consecutivo de crescimento fraco da **produção**. "Quando começamos a preparar nossa pauta de reivindicações, achávamos que as negociações seriam mais fáceis neste ano, porque tínhamos fechado um ano de crescimento forte não só no setor, mas no país como um todo", diz Vilmar Garcia, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Jaraguá do Sul (SC). "Definitivamente, não foi o que aconteceu", completa.

Segundo Garcia, as negociações foram mais "complexas" porque, diferentemente do ano passado, a economia não aponta para um crescimento tão elevado, e também a inflação ronda em patamares mais elevados. "Se no começo de 2010 falávamos de um crescimento de 7% na economia e a inflação em 4,5%, hoje falamos de um crescimento econômico de 4,5% e uma inflação batendo em 7%", diz Garcia. Os 14 mil metalúrgicos de Jaraguá do Sul conquistaram reajuste real de 1,3% nos salários - no ano passado, a alta fora de 1,9% acima da inflação.

Mesmo em categorias que fecharam um acordo melhor este ano que no ano passado, como os operários das fábricas têxteis de Joinville (SC), o reajuste conquistado foi inferior à média de 2% acima da inflação registrados na indústria em 2010. "No ano passado, muitos trabalhadores deixaram o nosso setor e foram frequentar cursos de especialização para outros setores, que pagam salários maiores. Isso foi levantado nas negociações deste ano", diz Livino Steffemes, presidente do sindicato dos trabalhadores na indústria têxtil de Joinville, que conquistou reajuste real de 1,2% nos salários dos 6 mil operários do setor - no ano passado, o reajuste foi de apenas 0,8% acima da inflação.

Os 70 mil trabalhadores no segmento de tecnologia da informação (TI) e processamento de dados no Estado de São Paulo encontraram em 2011 um território mais "contrário" a benefícios trabalhistas, diz Antônio Neto, presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados (Sindpd) de São Paulo. No acordo do ano passado, não só o sindicato conquistou reajuste de 1,9% acima da inflação, como o compromisso de ter a carga semanal de trabalho reduzida a 40 horas a partir de 2011. "Agora, pelo visto, a ficha caiu para os empresários. Alguns não se prepararam para uma jornada menor, mesmo sabendo que isso iria acontecer com um ano de antecedência", provoca o dirigente sindical. O sindicato patronal suspendeu as negociações - já atrasadas em dois meses. Neto convocou uma assembleia geral após o Carnaval, e fala em greve.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO SECEX INTENSIFICA POLÍTICA DE DEFESA COMERCIAL		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Secretaria criará canal para produtores brasileiros denunciarem fraudes em importações

Maeli Prado

Em um momento em que uma das principais preocupações da indústria nacional continua sendo a disparada das importações - não são poucos os economistas que falam em risco de desindustrialização - a Secretaria de **Comércio Exterior (Secex)**, do **Ministério do Desenvolvimento**, está focando seu trabalho no **desenvolvimento** de uma política forte de defesa comercial, prioridade colocada para a pasta pelo ministro Fernando **Pimentel**. Em estudo, estão desdemedidas para equiparar as exigências de qualidade de produtos que entram no país com as determinações dadas por órgãos como o Inmetro para bens nacionais (hoje as regras são mais frouxas para bens **importados**) até a criação de um canal como **Ministério** para que os empresários possam se queixar quando suspeitarem que estão sendo prejudicados por fraudes em importações.

"Estamos trabalhando com um mecanismo para que o produtor nacional possa 'provocar' o **Ministério** diante de alguma suspeita ou indício que possua", afirma a nova titular da Secex, Tatiana Lacerda Prazeres, em entrevista ao -"A ideia é que a partir daí possamos fazer uma investigação e punir, se for o caso, as importações que entram no **Brasil** de forma irregular", completa.

Origem incerta

A secretaria quer intensificar o trabalho realizado no ano passado na área. Em 2010, o **Brasil** foi o quarto país quemais abriu novas investigações de antidumping (37 no total), atrás apenas da Índia, Argentina e Paquistão. Foi um recorde anual para o país. Neste ano, os alvos serão os certificados de origem fraudulenta.

"Temos impostos de **importação** diferenciados para produtos que vêm do **Mercosul**. Mas há bens industriais que entram como sendo originados de países vizinhos e que na verdade não são", aponta. "Queremos processos administrativos para investigar esse tipo de fraude, seja por conta própria, seja acionados por denúncias de empresários brasileiros".

A avaliação no **Ministério** é a de que, como o cenário é positivo para a demanda interna e o câmbio se mantém desfavorável às **exportações**, o **Brasil** não pode se dar ao luxo de ser leniente com fraudes ou entrada irregular de produtos. O próprio **Pimentel** já declarou que uma das ideias é exigir dos produtos **importados** os mesmos certificados de qualidade demandados dos produtos nacionais por órgãos como o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro).

Estímulos

A situação da balança comercial melhorou neste ano. Nos dois primeiros meses, as vendas externas totalizaram US\$ 31,9 bilhões. Em média, o país exportou US\$ 779,2 milhões por dia, 26% a mais do que o mesmo período do ano passado. No caso das **importações**, a alta foi de 20,7%, uma velocidade de crescimento menor do que a das vendas externas, ao contrário da tendência observada ao longo do ano passado. Entretanto, a participação de produtos industrializados em janeiro e fevereiro caiu de 59% no total das vendas no ano passado para 53,8% neste ano.

É por isso que, paralelamente à estratégia de defesa comercial, a Secex quer avançar no estímulo das vendas. No final do ano passado, uma portaria da secretaria determinou desoneração tributária para insumos usados na fabricação de produtos a serem **exportados**. O desafio agora é divulgar mais o benefício, já que o número de empresas que aderiu a ele ainda é considerado baixo. A secretaria também negocia com os estados a inclusão do **ICMS** na desoneração.

"A avaliação é que o preço final do produto poderia baixar em até 20%, dependendo do caso. Mas é necessário que haja consenso dos estados, o que é difícil", aponta a secretária. Aos 31 anos, formada em Relações Internacionais e com um currículo que inclui uma passagem pela ONU, Tatiana afirma que a saída passa por investimentos em inovação. "O **Brasil** não pode mais concorrer por preço. Hoje há países que oferecem preços mais baixos, pois possuem mão-de-obra mais barata", observa.

EXPORTAÇÕES

26%

Foi o crescimento da média diária das vendas externas em valor nos dois primeiros meses deste ano na comparação com o mesmo período do ano passado.

IMPORTAÇÕES

20,7%

Foi o crescimento da média diária das compras de outros países em valor nos dois primeiros meses deste ano, também frente ao mesmo período do ano passado.

PESO INDUSTRIAL 2010

59,7%

Foi a participação dos produtos industrializados na pauta de exportações brasileiras em valor, entre os meses de janeiro e fevereiro do ano passado.

PESO INDUSTRIAL 2011

53,8%

Foi a participação dos produtos industrializados na pauta de exportações brasileiras em valores entre janeiro e fevereiro deste ano - menor que em 2010.